

CAPÍTULO 15

CONSELHO POPULAR DE VITÓRIA (CPV): TRAJETÓRIA, REDES E PODER SOB A PERSPECTIVA DO *DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO*

Thalita Matias Gonçalves¹
Alyne dos Santos Gonçalves²
Marta Zorzal e Silva³

Resumo:

A partir dos anos 1990, houve o surgimento de novas formas de representação política, que se apresentaram como alternativas às formas tradicionais de intermediação de interesses, o que possibilitou uma maior participação de atores societários em instâncias políticas. O foco do presente trabalho é o Conselho Popular de Vitória (CPV), que possui características compatíveis com estas novas formas de representação política. O CPV surgiu no final dos anos 1980 como forma de aglutinar e representar as associações de moradores de Vitória. Neste artigo analisamos as potencialidades democráticas (ou não) dessa entidade no cenário do ES. Além disso, apresentamos as articulações do CPV com outras entidades da sociedade civil capixaba, bem como as implicações destas redes para o desenvolvimento da democracia participativa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco atores da entidade, organizadas através do método qualitativo chamado *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC).

Palavras-chave: democracia, participação, movimentos sociais, representação coletiva, Conselho Popular de Vitória.

¹ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS

² Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES), bolsista de aperfeiçoamento (FACITEC, 2008-2009) e pesquisadora do LEP-NEPCS

³ Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES

15.1 – Introdução

A participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões e a pluralização de novas formas de representação política se constituem em temas relevantes no atual debate acerca da democracia participativa. Dentro desta perspectiva, tentar compreender as particularidades do arranjo democrático a partir da relação entre a sociedade civil e a sociedade política⁴ do estado do Espírito Santo, é o foco da pesquisa intitulada: *Trajetórias, Redes e Poder: Aspectos das Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o Discurso do Sujeito Coletivo*.

Para tanto, a referida pesquisa buscou analisar o potencial de articulação e as redes constituídas por catorze entidades da sociedade civil capixaba (entre ONGs, sindicatos, entidades religiosas, federações e partidos políticos) para produzir coalizões políticas que resultem em processos de governança democrática e participativa no estado.

Desse modo, o artigo a seguir se propõe, especificamente, a apresentar, a partir do discurso do sujeito coletivo, as principais características, objetivos, políticas, estratégias, desafios e princípios ético-políticos que compõem o perfil do CPV, assim como as redes sociais das quais faz parte para viabilizar seus interesses e demandas. Dito de outra forma, pretendemos ilustrar – sempre segundo a “fala coletiva” das lideranças entrevistadas – como esta instituição se articula com outras entidades da sociedade civil capixaba e como este processo se manifesta ou não em ações democráticas no estado do Espírito Santo.

A relevância desse estudo se justifica pela necessidade de entendermos os arranjos democráticos que vem se constituindo na história do ES, a partir das entidades que representam a sociedade civil – neste caso, o CPV. Dessa forma, almejamos contribuir para o debate acerca das novas formas de participação social nas esferas públicas, destacando seus limites e potencialidades.

O artigo encontra-se estruturado em cinco partes, sendo esta introdução a primeira. A segunda consiste na revisão de literatura, em que são abordados, de forma sintética, alguns estudos sobre as novas formas de representação política e a participação social em regimes democráticos. Na terceira parte, expomos a metodologia utilizada no trabalho. Em seguida, apresentamos os principais resultados de nossas leituras e trabalho de campo. Por fim, tecemos algumas considerações sobre os resultados da pesquisa e as reflexões que até o momento conseguimos realizar.

⁴ Cf. Coutinho (2003).

15.2 – Revisão da Literatura

Nas últimas décadas do século XX, o Brasil vivenciou profundas mudanças no campo político. Durante a ditadura militar (1964-1985), surgiram inúmeros movimentos sociais em luta por direitos civis e políticos que, com o processo de abertura política, foram se empenhando em atuar como porta-vozes de grupos sociais com pouco ou nenhum acesso aos canais tradicionais de representação de interesses. Tal processo se desenvolveu paralelamente à crise dos partidos de massas, que foram deixando de monopolizar as funções de organizar e representar as demandas sociais perante o poder público. É neste contexto que, nos anos de 1990, o país tornou-se referência internacional no que se refere a novas experiências participativas no desenho de políticas públicas, a exemplo dos Conselhos Gestores, do Orçamento Participativo, das Câmaras Setoriais, entre outras (GURZA LAVALLE et al., 2005).

Para melhor compreendermos este debate, examinemos os principais conceitos envolvidos na questão. Começamos pelas leituras de Dagnino et al. (2006) e Scherer-Warren (2006) sobre o termo sociedade civil, cujo ponto em comum encontra-se na percepção de que esta não pode ser reduzida àquela definição liberal e homogeneizante de Terceiro Setor, segundo a qual toda associação civil poderia ser classificada como uma entidade privada para a ação pública. Segundo Dagnino et. al. (2006), esta redução leva à ocultação da diversidade de projetos políticos existentes na sociedade civil, que “(...) é composta por uma grande heterogeneidade de atores civis (incluindo atores conservadores) com formatos institucionais diversos (...) e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos” (p.23). Por sua vez, Scherer-Warren (2006) defende que a sociedade civil inclui o Terceiro Setor, porém, muito mais abrangente do que o grupo de organizações privadas e sem fins lucrativos, ela engloba também outros grupos e movimentos sociais que envolvem mais diretamente a questão da participação cidadã em temas de interesse geral da sociedade.

Neste sentido, a sociedade civil “é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais” (DAGNINO et al., 2006: 23) – com projetos políticos diversos e mesmo mutuamente excludentes – que engloba tanto organizações com fins coletivos privados (como associações para a observação de pássaros tropicais, por exemplo), como movimentos sociais e organizações com fins públicos, isto é, que prestam serviços públicos ou advogam por direitos de interesse geral e difuso da sociedade (COELHO, 2002).

Dagnino et. al. (2006) ressaltam ainda que a sociedade civil caracteriza-se por uma densa rede de movimentos sociais com projetos heterogêneos. Os autores destacam

que existem poucas pesquisas que tratam das implicações dessas associações (redes) sobre os arranjos democráticos, ou seja, se estas redes têm influências no desenvolvimento de potenciais democráticos. Uma das preocupações desse artigo está atrelada ao fato de saber se o CPV possui características compatíveis com a democracia, tanto internamente como na relação com as associações de moradores, e se as articulações do CPV com outras entidades da sociedade civil capixaba possuem características democráticas ou não.

Além deste conceito, o debate sobre o aprofundamento da democracia leva em consideração a questão da participação social e das inovações institucionais. Gurza Lavalle et. al. (2006a) ressaltam a possibilidade “(...) de se conceber a ação dos atores societários e as dinâmicas participativas em termos de representação política” (p.79), o que significa considerar a expansão do “núcleo normativo mínimo da representação política – o representante deve trabalhar em benefício do representado” (p. 73) – para mecanismos de controle que vão além das eleições e seus atores (partidos, candidatos, cidadãos), e que estejam colocados *fora* dos limites das instituições políticas, como por exemplo, a mídia, os diversos fóruns civis, os OP's, etc.

Neste sentido, a pluralização da representação política com os conselhos (populares e gestores), orçamentos participativos etc., atua em prol do desenvolvimento de uma democracia efetivamente participativa (SANTOS & AVRITZER, 2002), na medida em que a ação de mais sujeitos sociais na proposição/formatação de políticas públicas pode contribuir para a desconcentração do poder decisório das mãos dos políticos de carreira.

Nessa perspectiva, os conselhos populares, foco desse artigo, surgem nos anos 1980 como uma das inovações da participação social no âmbito político. Segundo GOHN (2003), essas novas formas de representação política emergem no cenário de redemocratização com diversos papéis: organismos dos movimentos populares atuando junto ao executivo, organismos de luta e de organização popular.

Ao longo dos anos 1990, os movimentos sociais perdem a visibilidade com a atenção pública sendo deslocada para as Organizações Não Governamentais (ONG's). Diante disso, os movimentos sociais passam de um nível reivindicatório para um nível de maior ação (GOHN, 2003), no qual mobilizar significava arregimentar e organizar a população para participação em projetos. Segundo Gohn (2003), as discussões relativas à cidadania ganham força e a participação popular cede lugar à participação cidadã ou social. Sendo que:

A participação pretendida não é mais a de grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidades) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal (CARVALHO *apud* GOHN, 2003, p.57).

Nesse sentido, a principal característica dessa participação é a institucionalização de canais de acesso direto ao poder público para os atores societários, com o propósito de formulação e implementação de políticas públicas. Diante disso, os movimentos sociais percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social para produzir impacto na esfera pública. O processo de articulação dos diferentes setores da sociedade civil gera, por sua vez, a legitimidade de espaços de mediação entre movimentos organizados e o Estado, bem como a construção de redes de movimentos autônomos (SCHERER-WARREN, 2006). Tal fato colabora para:

(...) uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006, p. 114).

Gurza Lavallo et. al. (2006a) definem a representação coletiva como sendo “(...) pressão, controle, supervisão, intervenção, assédio e reclamo perante o poder em instâncias executivas de políticas e em espaços de interlocução” (p.85). Ela é exercida por atores da sociedade civil que atuam em nome de subpúblicos, diferindo assim da representação política de corte liberal (exercida em nome de indivíduos, os cidadãos), bem como do modelo republicano, na qual os representantes atuam em nome do bem comum ou da nação. Porém, os autores ressaltam os limites dessas novas formas de representação política, dada “(...) a ausência de mecanismos generalizados, formais e estáveis de ordenação da relação entre atores da sociedade civil e seus públicos, beneficiários ou comunidades – notadamente mecanismos de autorização, prestação de contas, responsividade e sanção” (ibidem, p. 88).

Dagnino et al. (2006) compartilham dessa perspectiva na medida em que consideram que o controle social sobre o Estado deve incluir mecanismos de monitoramento por parte da sociedade, no sentido de garantir a prática de “prestação de contas”, ou *accountability*. Sendo que:

No projeto democrático participativo, a prestação de contas se vincula a outras formas de participação democrático participativo, orientadas pela perspectiva de garantir direitos e assegurar o controle social do público (p. 50).

Assim, podemos observar que o debate sobre a democracia participativa levanta questões acerca das potencialidades e dos limites das inovações institucionais, entre estes a questão da legitimidade e da eficiência de seu funcionamento. Este último ponto evidencia a negligência da literatura contemporânea acerca da legitimidade política dessas representações: “(...) a inexistência de modelos consagrados histórica ou analiticamente para problematizar a emergência de instâncias societária de intermediação propriamente política subjaz em boa medida a desatenção das literaturas competentes” (GURZA LAVALLE et. al., 2006b, p.88).

Por fim, cabe ainda pontuarmos alguns elementos de conjuntura histórica do estado do ES que podem suscitar questões pertinentes para futuras pesquisas acerca do potencial democrático da sociedade civil e políticas locais.

Segundo ZORZAL (2004), a sociedade capixaba possui traços de caráter tradicionalista, reproduzindo em sua cultura padrões típicos de populismo e clientelismo. Portanto, no ES “(...) estamos longe de um padrão mínimo aceitável no que se refere a princípios como o universalismo de procedimentos, a distinção público/privado, a responsabilização dos gestores públicos, etc.” (p.8).

Para a autora, estas peculiaridades do Espírito Santo – atreladas a outras variáveis, que não serão aqui discutidas –, propiciou o surgimento, em meados nos anos 1990, de uma crise política e institucional de governança, que pode ser analisada da seguinte forma:

As raízes dessa crise vinculam-se à crise de representatividade que perpassa a sociedade capixaba de cima a baixo, a qual manifesta-se, sobretudo, por meio da ausência de vínculos estruturados e enraizados em interesses coletivos de grupos ou classes sociais capazes de se expressarem enquanto força política organizada institucionalmente (ZORZAL, 2004, p.8).

Com base nisso, acreditamos que a implementação e o funcionamento dessas novas formas de representação de atores societários na política colocam-se como grandes desafios para a sociedade capixaba, uma vez que sequer podemos falar do desenvolvimento de condições anteriores (primárias) para o alargamento da democracia, isto é, a existência de mecanismos tradicionais (liberais) de representação consolidados na cultura política capixaba. Em outras palavras, o desafio colocado pela história política capixaba à realização das demandas de atores sociais coletivos como o CPV e outros movimentos sociais é o de resgatar, substituir ou transformar os vínculos de representatividade entre eleitores (cidadãos) e eleitos (poder público), severamente desgastados por anos de descaso, desmandos e impunidade.

15.3 – Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, que teve início em março de 2008 e conclusão em novembro de 2009. O principal documento pesquisado foi o Estatuto Social do Conselho Popular de Vitória.

O trabalho de campo consistiu em entrevistas semi-estruturadas e abertas, realizadas com cinco sujeitos da entidade, que fazem parte da diretoria e de conselhos da entidade, e que foram indicados pelo presidente do CPV. O primeiro sujeito de nossa amostra possui sua trajetória política marcada pela participação em movimento estudantil, militância nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em movimento sindical. O segundo sujeito também é oriundo de militância das CEBs e atua na direção da entidade. Os três últimos sujeitos possuem como característica comum a participação em movimentos de associações de moradores e atuação na diretoria da entidade.

Os dados obtidos através destas entrevistas foram organizados através do método qualitativo do *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC), cuja apresentação encontra-se na parte introdutória deste Relatório de Pesquisa, referente à metodologia utilizada em todo o trabalho, e para a qual remetemos o leitor.

15.4 – Resultados

Na década de 70 do século XX, a região de Grande Vitória no Espírito Santo sofreu um “inchaço populacional”, registrando um crescimento intenso e desordenado do número de habitantes. Uma de suas causas foi o processo de erradicação dos cafezais no interior do estado, o que gerou uma série de desempregos no campo e o deslocamento de grande parte dessa população para a cidade, em busca de emprego.

As cidades da Grande Vitória não possuíam estrutura suficiente para atender esse enorme contingente. Essa situação levou a ocupação desordenada dos morros e dos mangues, com a formação de bolsões de pobreza. Nesse cenário, emergem os primeiros movimentos sociais, com mobilizações ao redor das necessidades dessa população (HERKENHOFF *apud* CARLOS, 2007, p.36).

Em meados década de 1970, começaram a surgir em Vitória as associações comunitárias autônomas e, a partir de meados dos anos 80, as comunidades da referida cidade iniciaram um debate sobre a necessidade da criação de uma organização que aglutinasse os movimentos de bairro locais. Nesse contexto, através de reuniões promovidas pela Secretaria Municipal Especial de Ação Social para

discutirem problemas dos bairros, surgiu a idéia de criação do Conselho Popular de Vitória (CARLOS, 2007).

O Conselho Popular de Vitória (CPV) foi criado em 1986, como representante das comunidades organizadas do município de Vitória. A entidade foi pensada no município "(...) como organismo superior de luta e organização popular estruturado a partir de movimentos sociais da sociedade civil e composto principalmente por entidades de bairro" (CARLOS, 2007, p. 39). Nesse sentido, o CPV emergiu como uma tentativa de organizar e direcionar as lutas políticas, antes dispersas e fragmentadas. O trecho do Estatuto Social da entidade descrito abaixo evidencia a sua composição:

O quadro social do Conselho Popular de Vitória compor-se-á de associações de moradores, movimentos comunitários legalmente constituídos e de atuação restrita ao município de Vitória (Estatuto Social, 2007, artigo 7º).

São órgãos do CPV o Congresso, as Assembléias Gerais, Diretoria Executiva, Diretoria de Departamentos e o Conselho Fiscal (Ibidem, artigo 11º).

15.4.1 – Traços Identitários

Passamos, a seguir, à apresentação das principais características do CPV, isto é, das particularidades que o diferenciam em relação a outros movimentos sociais de Vitória. Um dos principais traços que definem a identidade do CPV é o fato de se constituir como a base das associações de moradores, na medida em que presta assessoria a essas comunidades⁵, como atesta o discurso coletivo (DSC) abaixo:

O CPV é a base das associações de moradores: quando uma associação de moradores vem reivindicar alguma coisa, se for filiado a gente, a gente tá aberto a trabalhar e poder ajudá-la com as próprias ferramentas deles, entendeu? [Então] o CPV ele coordena diretamente [essas] comunidades do Município de Vitória e junto a essa coordenação vem [o] apoio a eleições comunitárias, que ocorre a cada vencimento de biênio, triênio. Em cada comunidade o CPV está lá dando apoio, ajuda a coordenação a conferir votos, estimula as lideranças para que elas venham a esses espaços e nesse espaço elas possam principalmente se instrumentalizar de conhecimento, de informação. O CPV deveria ser chamado de federação municipal do movimento popular de Vitória porque o papel dele é estar atento às lutas das comunidades, ou seja, é um órgão que assessoria as associações (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

Outras características do CPV, de acordo com os entrevistados, são: identificação com valores democráticos, representação das comunidades na política, distanciamento de espaços tradicionais de representação política (partidos políticos, parlamentos

⁵ Cf. Estatuto Social do CPV, 2007, artigo 6º, letra "h".

municipal e estadual) e compatibilidade com as novas formas de organização política. Em relação a estes dois últimos pontos, destacamos a determinação em se organizarem de maneira apartidária (cf. Estatuto Social, 2007, artigo 2º), na tentativa expressa de garantir sua autonomia em relação às estruturas partidárias e, de maneira deliberada ou não, a proximidade em relação às bases. Esta última análise se torna plausível se considerarmos que uma das razões para a já mencionada crise dos partidos de massas é, justamente, seu afastamento em relação às demandas da população que deveria representar, o qual as entidades e movimentos civis podem estar tentando evitar através da implantação de estruturas organizacionais mais informais e flexíveis.

O CPV era muito fechado, hoje é aberto, está aberto realmente, não só aberto para presidentes das entidades, mas para aquelas lideranças – você vê que tem uma participação em massa das lideranças – que não estão na presidência das entidades, mas são lideranças nas suas comunidades. E hoje o CPV está mais envolvido com as bases, no estilo que as bases participam. O mais importante é a gente ter uma independência de partido, nós temos que trabalhar para ser auto-sustentável e ter respeitabilidade, tem que ser sério no posicionamento, tem que ter credibilidade. O que nós, por exemplo, fazemos é não pensar nunca de maneira pontual, de maneira fechada, ter uma visão do coletivo, do conjunto que é desse jeito que a gente acaba tendo aceitação e respeito, não é? (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

Ainda sobre as novas formas de organização política, O CPV possui representantes em vários conselhos municipais, o que lhe garante uma proximidade maior e mais direta com as instâncias executivas do poder público:

O primeiro mecanismo [de resolução de conflitos comunitários] é ouvir as insatisfações, registrá-las em ata e encaminhá-las. Segundo é da representação [dessas comunidades] nos conselhos, porque os membros dessa casa também participam de conselhos e eles trazem também e representam o CPV nos conselhos. É um *feedback*: tanto eles levam daqui para os conselhos como trazem dos conselhos esses encaminhamentos também. Assim, o CPV reúne as associações de moradores, assessora-as sem vínculo partidário e lhes ajuda junto ao poder público, no sentido de exigir, formular políticas públicas e preparar as lideranças para fazerem os seus pleitos, independente da questão política partidária (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

Com isso, chegamos ao principal objetivo do CPV que, por constituir sua missão enquanto entidade converte-se em um de seus principais traços identitários, sendo, inclusive, perpetuado estatutariamente: “O Conselho Popular de Vitória - CPV (...) terá como objetivo geral, a congregação das entidades representativas de moradores de Vitória, assegurando a plena efetivação dos direitos de suas filiadas; *contribuindo para*

solução de seus problemas, promovendo o desenvolvimento comunitário, proporcionando às filiadas os meios para lutarem por melhores condições de vida social, econômica, política, cultural e ambiental” (Estatuto Social, 2007, artigo 1º. Grifos nossos).

15.4.2 – Trajetória da Instituição

Os movimentos sociais possuem significados e atribuições diferenciados conforme o contexto histórico em que se inserem. Nesse sentido, percebemos que as lutas sociais no Brasil até os anos 1970 eram caracterizadas pela “(...) debilidade organizativa e a pouca capacidade de pressão frente ao Estado (...)” (DOIMO, 1984, p. 28). Porém, a partir de meados dos anos 70 os movimentos sociais sofreram certa alteração em sua composição, uma vez que a noção de autonomia passou a ser o eixo estruturante fundamental de suas lutas, que passaram a ser organizadas independentemente do Estado (DOIMO, 1995; GOHN, 2006).

Recusar a institucionalização política em nome do “popular” significava, neste caso, afirmar a capacidade concreta de se contrapor à tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o assistencialismo do período nacional-desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar (DOIMO, 1995, p.126).

Nesse cenário, surgiram movimentos sociais urbanos e os chamados “novos movimentos sociais”, que lutavam pelos direitos sociais e culturais, a partir de perspectivas transversais aos diferentes grupos sociais como a questão da raça, do gênero, do direito humano, do meio ambiente, etc.(SADER *apud* GOHN, 2005).

Em meados de 1980, com a abertura política, altera-se o significado atribuído à sociedade civil. Os movimentos sociais vão perdendo a centralidade que tinham nos discursos sobre participação política e, com isso, vão deixando espaço livre para os novos atores sociais oriundos de formas de associativismos, cujo discurso era marcado pela idéia de *cidadania* (GOHN, 2005). Desse modo, “a autonomia dos membros da sociedade civil deixa de ser um eixo estruturante fundamental para a construção da sociedade democrática” (ibidem, p. 74), e as lutas sociais passam a ser pautadas pela questão da cidadania, cuja tônica foi colocada sobre a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; a obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos, etc. (GOHN *apud* CARLOS, 2007, p.20).

Entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990, a noção de cidadania “(...) foi incorporada aos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à idéia de

participação civil (...) de responsabilidade social dos indivíduos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também de deveres, ela homogeneiza os atores” (GOHN, 2005, p.75).

Com base no que foi dito, passemos à observação de como o desenvolvimento histórico das lutas sociais se deu no contexto local. Os movimentos sociais da Grande Vitória no período entre 1960 e 1970 possuem caráter de cunho assistencialista e não eram vinculados com a comunidade. De acordo com Afonso e Ferraz (*apud* CARLOS, 2007), os estatutos de entidades ligadas a lutas populares seguiam modelo preparado pelas secretarias do governo. Desse modo, muitas entidades comunitárias estavam vinculadas a políticos locais e aos governos que desenvolviam políticas clientelistas nas comunidades.

A partir de meados dos anos 1970 as associações comunitárias em Vitória vão se constituindo com relativa autonomia e independência frente ao Estado. Segundo Carlos (2007) e Doimo (1984), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram as principais articuladoras das lutas sociais naquele período. Contudo, ao longo dos anos 1980 verifica-se uma maior presença do poder público nos movimentos comunitários e sociais, sendo que as associações de bairros são caracterizadas:

(...) por um movimento popular desarticulado, desmobilizado de suas bases, dependente em grande medida do apoio e de ações do poder público e das lideranças comunitárias na realização de suas propostas e reivindicações, apesar do ciclo de mobilização vivido em meados desta mesma década e, sobretudo, da existência de algumas lideranças e entidades com propósitos e atitudes mais democráticas (CARLOS, 2007, p. 4).

Se a questão da autonomia deixou de ser o eixo estruturante dos movimentos sociais daquele período, o elemento “compensador” desse processo parece ter sido o maior acesso de seus representantes ao poder público local, especialmente no que diz respeito ao Executivo. A partir da gestão do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de Vitória (1989-1992), os movimentos sociais passaram a ter mais espaço para participar da gestão política da cidade, visto que Vitor Buaiz, então prefeito, implementou conselhos gestores e setoriais com esse fim (Carlos, 2007).

15.4.3 – Redes e Poder

Para melhor visualizarmos as discussões sobre as redes sociais tecidas pelas articulações entre as entidades da sociedade civil capixaba – entre elas, o CPV –, se faz necessário apresentarmos o conceito de *espaço público*, genericamente

compreendido como o *locus* onde, por excelência, são construídas as relações de apoio e cooperação entre elas.

Com base em uma leitura de Habermas, Sérgio Costa (2002) concebe a esfera pública como a arena em que cada ator social vai buscar convencer o conjunto da sociedade da justeza de suas demandas, conferindo-lhes, assim, a legitimidade necessária para que se tornem objeto de políticas públicas. Dessa forma, o espaço público é também o lugar onde os sujeitos sociais, apesar da diversidade de sua natureza e de seus interesses, podem alcançar consensos normativos com relação às regras do jogo político.

É na esfera pública que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública conforma, portanto, o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em torno das regras que devem reger a vida comum (p. 27).

Neste sentido, os principais temas que o Conselho Popular de Vitória leva para a arena pública capixaba são as questões da democracia participativa e do empoderamento de grupos sociais excluídos do processo político decisório, pois há a compreensão de que este seria o caminho para melhorar as condições de vida da população que representa. Uma das estratégias de atuação para a concretização destes objetivos é o fortalecimento das associações de moradores e de suas lideranças, articulando-as entre si, prestando-lhes assessoria e capacitando seus líderes.

Após 1995, o Conselho Popular de Vitória não destoou muito [dos objetivos colocados no momento] da sua criação: ele continua em luta e avanço pelas reivindicações populares, ou seja, atento aos direitos das comunidades. Isso ainda continua, não mudou muito nossa maneira de reivindicar. A função do CPV hoje é realmente trabalhar em prol das comunidades, tentando trazer resultados com harmonia. É difícil, porque cada associação tem o seu problema – o problema do bairro de Lourdes não é o mesmo problema de Santo Antônio, não é o mesmo problema de Nova Palestina. Então, nessa troca de experiências de reuniões internas, um problema que aconteceu aqui, de repente daqui um tempo, vai acontecer com ele lá. Então, acaba tendo intercâmbio das comunidades se interagindo (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

Segundo o discurso coletivo do CPV, a instituição busca promover a democracia participativa motivando as pessoas a participarem do movimento. Dessa forma, uma das políticas da entidade é oferecer às bases um conhecimento crítico para que elas possam atuar como agentes de transformação na comunidade. Assim, o Conselho

procura fortalecer as lideranças comunitárias para que tenham consciência do papel que ocupam na sociedade civil organizada.

A principal política do CPV é fazer com que as pessoas sejam motivadas a participarem do movimento. E que as pessoas sejam instrumentalizadas de conhecimentos, que elas tenham espírito crítico e que as decisões venham da base. [Neste sentido] temos projetos para lideranças, para as comunidades carentes; tem projetos de cursos, de reciclagem; o COMEDUC, que mexe com meio ambiente, escola... Então, nós temos que estimular a participação, nós queremos que as pessoas, lá no local que elas estão inseridas, sejam agentes de transformação (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

A noção de empoderamento que muitos autores utilizam nos estudos sobre a participação social é similar à política do CPV, ilustrada no DSC anterior. Portanto, empoderamento pode se referir, como no presente caso, ao processo de mobilização e práticas a fim de impulsionar as comunidades ao crescimento, a autonomia e a melhoria (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica) (GOHN, 2004).

Desse modo, constatamos que as estratégias de atuação da entidade são: motivação das comunidades para a participação política; diálogo com as comunidades associadas; articulação política com entidades de naturezas diversas; e utilização de espaços institucionais de poder para a concretização de suas demandas. Em relação ao segundo item, o DSC ilustra:

Parceria, fazendo parceria, diálogo, levantando o problema, debatendo muito, tem vez que a gente tem quatro ou cinco reuniões sobre o mesmo tema e a gente debate bastante. A gente consegue, através do diálogo, chegar a qualquer lugar e resolver qualquer situação (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

Além do diálogo sobre problemas internos, como indicado no DSC acima, há a preocupação – ao menos formalmente esboçada – em debater temas de maior abrangência, como “problemas políticos, econômicos e sociais dos bairros, do município, do estado e do país” (Estatuto Social, 2007, artigo 6º, letra “f”), o que está em sintonia com a preocupação em formar lideranças pensantes e atuantes, capazes de transformar o contexto social em que vivem.

De acordo com Scherer-Warren (2006), os movimentos sociais tendem a se articularem entre si, pois há uma identificação mútua seja em termos de história, de estrutura, de objetivos e/ou do tipo público que representam. A relação de apoio ou cooperação construída entre eles tem por fim gerar visibilidade na esfera pública – ou, como diria Costa (2002), conquistar ampla legitimidade – para seus projetos

societários. O CPV se enquadra nessa lógica na medida em que busca parcerias com outros movimentos sociais capixabas; contudo, ultrapassa as fronteiras das redes tecidas com entidades afins ao trabalhar em conjunto com entidades públicas e também privadas (cf. Estatuto Social, 2007, capítulo I, parágrafo único).

Hoje, pelo novo código civil, o Conselho Popular de Vitória pode fazer parcerias para a geração de emprego e renda, cursos para as lideranças, projetos em áreas culturais – [desde] que não fira os objetivos dele, que é ficar sempre atento aos direitos das comunidades. [Entre os parceiros] Tem o movimento dos estudantes, tem promotores de cidadania, agora tá tendo a União Brasileira das Mulheres também. E entidades estaduais como é o caso da FAMOPES, hoje, presente, lutando, ajudando. E quem estiver aberto ao diálogo, a gente tá aberto também para conversar, para atingir o objetivo que for preciso. Por exemplo, nós estamos fazendo uma palestra sobre drogas, estamos conversando com uma ONG que faz um trabalho com drogados que está querendo ir às comunidades fazer palestras e a gente se une em prol do que for melhor para a comunidade. Para o CPV, é interessante [também] essa abertura que tem hoje junto às secretarias, não é? O CPV procura manter um bom relacionamento com os órgãos instituídos – todos, indistintamente (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

No que diz respeito a outras 14 instituições estudadas pela pesquisa *Trajetórias, Redes e Poder...* – da qual faz parte o presente artigo –, procuramos mapear as possibilidades de articulação entre elas e o CPV, levando em conta a hipótese da construção de apoios, alianças ou parcerias para ações específicas de interesse da instituição. Por meio das entrevistas realizadas, elaboramos o gráfico 12 abaixo e, a partir dele, produzimos as análises que seguem sobre as afinidades e diversidades existentes entre o CPV e as referidas entidades da sociedade civil capixaba.

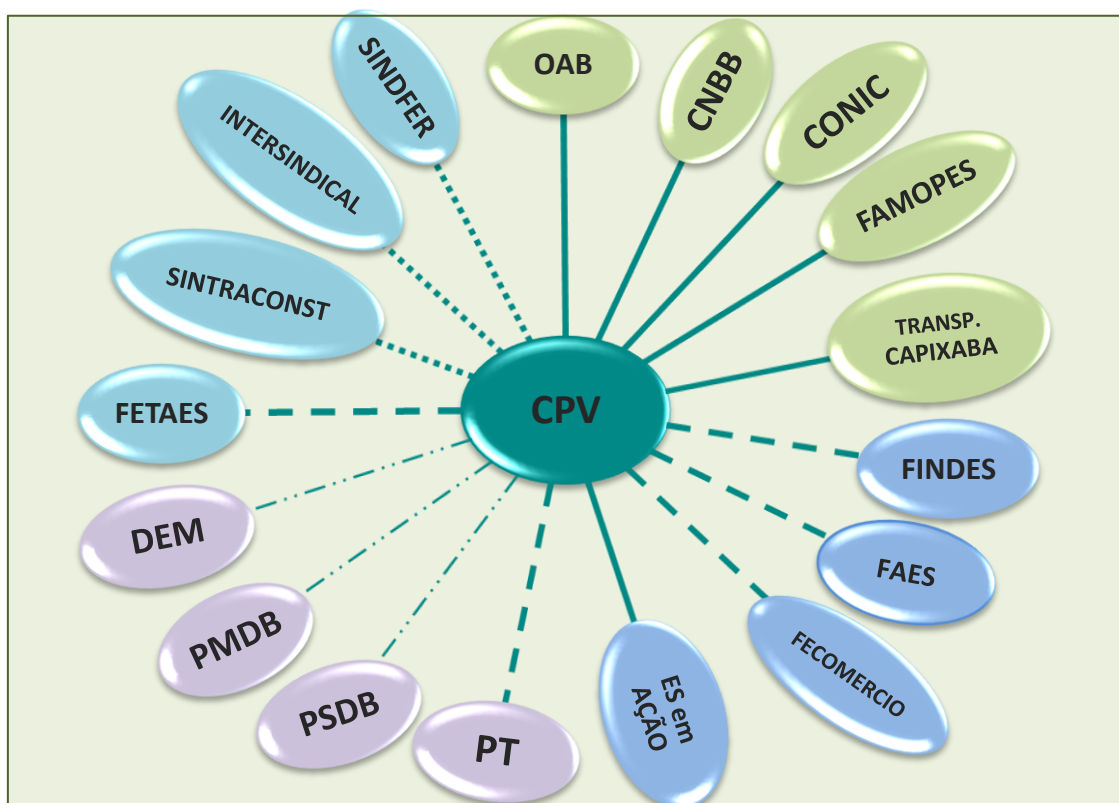


Gráfico 12 – CPV versus Instituições/Organizações segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido

LEGENDA

MUITO PROVÁVEL	
PROVÁVEL	
POUCO PROVÁVEL	
IMPROVÁVEL	

Notamos que o CPV faria alianças ou parceria para a implementação de projetos diversos com as seguintes entidades: OAB (entidade de classe), ES em Ação (ONG empresarial), Transparência Capixaba (ONG), FAMOPES (movimento social) e CONIC (entidade religiosa). Portanto, podemos concluir que, afora OAB e FAMOPES, o Conselho Popular de Vitória teria maior afinidade de idéias e/ou de trabalho com as entidades ligadas ao chamado “Terceiro Setor”, isto é, àquela parte da sociedade civil correspondente a “organizações privadas, sem fins lucrativos, e que visam à produção de um bem coletivo” – entendendo coletivo como diferente de público, o qual se refere à sociedade como um todo (COELHO, 2002: 58).

Já as alianças com instituições identificadas com as estruturas políticas tradicionais, como sindicatos e federações, são vistas com alguma reserva pelos entrevistados, ou

seja, não poderiam dar origem a uma rede social, digamos, “natural” ou espontânea – de primeira hora. Isto nos faz supor que o CPV distancia-se, em alguma medida, das velhas formas de organização e intermediação de interesses – hipótese reforçada pela inexistência de articulações com os partidos políticos.

Embora esta última afirmação, baseada nas entrevistas realizadas, entre em conflito com a forte presença do PT dentro da instituição – igualmente declarada por membro do CPV, conforme mencionamos anteriormente –, a utilização estratégica de novos espaços de poder decisório (em detrimento de espaços tradicionais, como o Parlamento) é mais um indicativo de que o CPV vem engrossar as fileiras das instituições civis que desempenham funções de representação coletiva, pela qual novos atores sociais mediam os interesses de subpúblicos através de espaços e mecanismos diretamente conectados com o poder Executivo –, como é o caso dos Conselhos Gestores Municipais.

A gente tem assento hoje em todos os conselhos municipais, isso é muito importante. No passado, a gente não tinha, só em alguns. Hoje não, porque [estes conselhos estão abertos] para as lideranças dos bairros, não somente para os presidentes das entidades (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

Os movimentos sociais no início dos anos 1990, passaram por um processo de reconfiguração, ou seja, houve uma rearticulação interna e externa de seu papel na sociedade civil organizada. Sendo que um dos conflitos internos inerentes aos movimentos foi a questão da participação ou não das lideranças em conselhos e instâncias governamentais (GOHN, 2005). Porém, os movimentos sociais dos anos 1990 possuem como característica a abertura para o diálogo com Governo, através de novas formas de representação política⁶.

Apesar disso, o CPV vem enfrentando sérias dificuldades no campo de representação política, dificuldades essas que vêm se somar a outros tantos obstáculos para colocar em prática seus objetivos e estratégias – seja em termos financeiros, estruturais (formulação e gestão de projetos) ou culturais (ausência de uma cultura democrático-participativa).

O desafio do CPV hoje é continuar sendo representado, continuar com credibilidade com as comunidades, continuar atendendo os pleitos das comunidades, continuar fazendo com que as pessoas sejam pró-ativas, que participem. [Temos problemas também com relação a] bairros com mais de uma entidade, sabe? [Porque

⁶ O CPV deve “lutar permanentemente junto aos poderes públicos na defesa dos interesses e necessidades da população de Vitória no terreno da saúde e meio ambiente, educação, transporte, saneamento, habilitação, segurança e das condições de vida em geral” (Estatuto Social, 2007, artigo 6º, letra “g”).

geralmente] não querem dividir espaço ou, nesse caso, mais de uma associação fica tipo uma oposição, um ao outro se opõe (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

As dificuldades em relação à ausência de uma cultura democrática refletem questões em que alguns membros do Conselho encaram o movimento social como meio para atingir objetivos pessoais. Além disso, outro grande desafio é fazer com que as lideranças não se envolvam com questões partidárias. Podemos constatar isso mais claramente na fala dos entrevistados: “O desafio principal é fazer com que as pessoas não olhem as coisas de maneira pessoal; é [fazer com] que as lideranças continuem unidas em prol de suas comunidades e com menos envolvimento político” (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

E ainda, existem dificuldades relativas ao campo da gestão de projetos. O planejamento de determinadas ações requerem certa maleabilidade com relação a sua execução, pois na medida em que vão surgindo novas demandas, é necessário uma reelaboração do projeto inicial, acrescentando-lhes novos elementos. Provavelmente, a origem deste e de outros desafios da instituição é, em grande medida, a falta de recursos financeiros:

Tem entidades que fazem eleições, a gente acompanha, a gente sabe que a eleição aconteceu, só que o presidente não tem dinheiro para registrar essa ata – trabalho comunitário é trabalho voluntário: não tem verba –, e a entidade, às vezes, ou outro presidente deixa o caixa zerado e ainda deixa dívidas e o novo presidente não tem dinheiro. Não é barato o registro em cartório, hoje... (idem).

15.4.4 – Princípios éticos e políticos que pautam as práticas da instituição e a conduta dos seus membros

Discutiremos a seguir os princípios ético-políticos que, segundo declararam as lideranças entrevistadas, norteiam as práticas da instituição e a conduta de seus membros, buscando indicações sobre até que ponto se aproximam ou se distanciam de valores esperados em um regime democrático.

Com relação à participação dos associados no processo de tomada de decisões, notamos certa imprecisão nas falas dos entrevistados, que ora ressaltam que a base participa das tomadas de decisões ora salientam que ela participa, porém de forma inexpressiva. Como expresse nas falas: “Pra falar a verdade, nós estamos adotando uma linha de tudo o que é da diretoria é da base, porque nós queremos fazer com que

não haja assuntos exclusivos da diretoria” (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009). Podemos notar neste discurso, a intenção de que a base e a diretoria participem igualmente de todos os assuntos de interesse do Conselho.

Contudo, em outro DSC – mais preciso em relação ao tipo de temática discutida internamente pelo CPV – notamos que existem assuntos que são de competência exclusiva da diretoria, especialmente aqueles relativos à administração da entidade:

São diversos [os assuntos discutidos] aqui. Nós temos dois tipos de reuniões: reunião da diretoria e que tange sobre o modelo de gestão, do planejamento estratégico do CPV, [sobre] como o CPV vai se portar perante os seus associados. A diretoria faz a parte administrativa, né? Mas todos os assuntos relacionados a movimento comunitário a gente não divide o que é diretoria e o que é [de todos]: a gente leva para toda [comunidade] discutir. A diretoria só fica mesmo [com] coisa administrativa, o resto é todo mundo junto (...) (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

O Conselho Popular de Vitória oferece condições mínimas para a participação de seus membros nas questões em que se envolve. A entidade realiza reuniões mensalmente, divulga as informações através de e-mails, blog, telefone, fax, além de estar aberta a sugestões e ao diálogo com as lideranças por meio, também, destas vias. Desse modo, os participantes têm acesso às discussões e debates que estão acontecendo nas comunidades.

O CPV é uma entidade aberta à participação de qualquer morador de Vitória; qualquer pessoa que desejar, pode freqüentar e intervir nas reuniões. “Nossas reuniões são duas vezes por mês onde todo mundo é convidado, é aberto, qualquer morador de Vitória pode participar e ele vindo, já tem direito a votar, ele pode chegar lá e pedir licença e falar porque veio e expressar a vontade dele (...)” (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009). Contudo, para participar dos processos decisórios e eleitorais internos é necessário ser sócio, o que só é facultado a associações de moradores, movimentos sociais e comunitários que sejam legalmente constituídos⁷, e cuja atuação seja restrita ao município de Vitória (Estatuto Social, 2007, artigo 7º).

Então, para você se filiar ao CPV o primeiro pressuposto é de que você seja uma associação reconhecida lá no seu bairro, ou seja, capaz de dialogar com, no mínimo, 50% dos moradores daquele bairro, porque é [nisso] que está a representatividade de tirar o delegado do orçamento popular, de vir a esta casa fazer gestão, organizar. No caso, a entidade tem que vir ao CPV e trazer toda a

⁷ Cada associação de moradores, movimento comunitário, deverá apresentar no ato da filiação ao Conselho Popular de Vitória cópia do estatuto devidamente registrado, bem como a ata da assembléia geral da entidade que decidiu pela filiação (Estatuto Social, 2007, artigo 8º).

documentação, né?, [para] que o CPV veja que tá correto e que houve a eleição [para presidente e diretores]. Para se associar, tem que ser um movimento comunitário, pode ser movimento organizado também, por exemplo, a Associação dos Surdos que está entrando no CPV, tem a Associação das Mulheres também que está entrando no CPV. Não são associações de moradores, são movimentos, que quando estão organizados, com ata, com eleições, [e] estão precisando de apoio, a gente entra e fornece apoio, estrutura. A gente não tem muita estrutura, mas o pouco que a gente tem, a gente oferece para poder ajudar. Ao CPV não pode se associar ONG: tem que ser comunidade, associação, centro comunitário, [entidades] pequenas da sociedade civil, né? – menores a nível de Vitória, de município. Já ONG é a nível estadual ou federal, aí já não entra diretamente (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

O Conselho Popular de Vitória não possui código de ética, no qual estejam institucionalizados as práticas e comportamentos esperados de seus associados. No entanto, segundo os entrevistados, existem valores éticos e políticos bastante identificados com princípios democráticos, como a transparência, a prática do diálogo e a primazia dos interesses coletivos sobre os individuais.

Hoje na realidade nós não temos um código de ética. Ocorreu uma reunião e foi proposto isso, um código de ética. Hoje, o que nos guia são os valores que a gente traz da comunidade, que você precisa respeitar o outro, respeitar a fala do outro – tudo isso você já traz na bagagem, mas nós vamos criar nosso código de ética. Primamos por ser transparentes, fiéis, democráticos. O CPV não concorda com a pessoa, por exemplo, que [faz] tudo por dinheiro; aqui não: tem que ser uma coisa séria, tem que ter responsabilidade porque de certa forma envolve o nome do CPV. A gente tem, por exemplo, que manter um bom relacionamento: [as críticas] tem que estar embasadas em argumentos sólidos, sempre quando alguém faz uma crítica infundada a gente pede pra documentar certinho. A gente não pode se posicionar sobre uma linha política ou uma linha ideológica radicalizada, nós temos que estimular sempre o diálogo. Podem achar até que a gente é um pouco lento, mas nós queremos sempre dialogar, dialogar, dialogar. Nós procuramos sempre fazer com que as pessoas sejam éticas, com que as pessoas realmente procurem ter um olhar mais social: se elas vêm para trabalhar para o movimento popular, não têm que olhar seu interesse pessoal, não. Então, a gente bate muito nessa tecla, em todas as reuniões a gente fala isso. A pessoa não é obrigada a entrar no movimento não, mas, já que ela entrou, ela sabe que não ganha nada, ela tem que se colocar a serviço mesmo, certo? (idem).

Para sabermos mais sobre como a instituição trabalha com a questão da transparência, do respeito aos bens coletivos, etc. perguntamos sobre como reagiria em caso de improbidade administrativa dentro do CPV, vale dizer, diante de conduta antiética que fira ou se distancie dos padrões morais exigidos no trato da *coisa pública*. Perguntamos, ainda, como o CPV se mantém financeiramente e como ocorre o sistema de prestação de contas.

Em caso de malversação de recursos dentro da entidade, o CPV não apresenta uma postura clara em relação aos mecanismos de sanção que porventura disponha. Nesse sentido, apresenta um discurso duro em favor da ética, da transparência e do cuidado com os bens coletivos, conforme o discurso coletivo anterior, mas admite não ter clareza quanto às punições a serem aplicadas caso necessário, como ilustra o DSC abaixo:

Primeira coisa: se o problema é policial, polícia, certo? Porque a gente tem que ver isso, se houve um roubo quem trata é polícia. Se há um problema jurídico quem trata são os órgãos, os órgãos competentes. Acho que o CPV, se por acaso tiver um problema de alguém, a pessoa é responsável por isso, nós não temos que acobertar se é o vice ou se é o tesoureiro, é uma coisa errada tem que pagar, pronto. Nós não queremos, pra falar a verdade, nós nem pensamos nisso aqui ainda (risos), sério mesmo (idem).

Por outro lado, segundo o discurso da instituição, o CPV possui mecanismos de transparência e regularidade na prestação de contas, que é tanto financeira, quanto política. A maneira como as prestações de contas ocorrem – isto é, durante eventos importantes (congressos), abertos a todos, inclusive a autoridades públicas e outras organizações civis – indica a importância atribuída pela entidade aos vínculos de representatividade que vai tecendo com as comunidades que representa, uma vez que nestas oportunidades, cuida em mostrar seus esforços em atender suas demandas. Com isso, tem a chance de justificar e legitimar a representação coletiva que assumiu de maneira espontânea, ou seja, sem autorização deliberada da população em nome da qual pretende agir.

O sistema de prestação de contas do CPV são as assembleias a cada ano, e as reuniões do seu Conselho Fiscal que são bimestrais. Aí ele revê todas as contas, tudo que entrou, créditos bancários, compras efetuadas, pagamentos feitos; registra no seu livro caixa, tem os seus balanços, balancetes e pareceres do Conselho Fiscal, que fica aberto a todas as instituições. De três em três anos tem o nosso congresso e no congresso a gente presta conta do nosso mandato. Antes do término [do mandato] a gente tem um dia só pra prestação de contas e isso aberto a qualquer um, com a participação do Ministério Público – o último [congresso] que teve agora teve o Ministério Público, teve algumas personalidades políticas, o pessoal da UFES – sempre tem alguém envolvido, tirando o nosso conselho fiscal, que também participa da prestação de contas, vendo se nossas contas estão em ordem. Essa prestação de contas é aberta, eles preparam e abrem para todos os membros do CPV, mais as entidades filiadas e pessoas com interesse em acompanhar. Geralmente, quando tem prestação de contas, vem muita autoridade de fora, sociedade civil, deputados, vereador, até o prefeito [de Vitória] teve lá um dia, governador (risos)... Foi muito bonito aquele dia, foi na Escola Técnica (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

As principais fontes de recursos para a manutenção do CPV são: a) doações, legados e contribuições; b) bens, valores adquiridos e rendas produzidas; c) outras rendas eventuais, como eventos festivos, promoções, venda de produtos e outros (Estatuto Social, 2007, artigo 38º). Contudo, a instituição ainda se revela bastante dependente de contribuições de empresas e mesmo do governo municipal, o que nos faz retomar a questão da progressiva perda de autonomia dos movimentos comunitários e sociais frente ao poder público, a partir da década de 1980 (CARLOS, 2007), e acrescentar a questão do vínculo (perigoso?) criado com o setor privado.

O CPV tem mil reais que a Corpus historicamente nos ajuda, deve ter mais de cinco anos e é uma empresa elegante porque ela não nos condiciona, não nos cobra, ela só pede prestação de conta legal. E tudo que a gente encaminha e recebe, a gente documenta, faz um relatório e encaminha pra lá. Com essa quantia, a gente paga secretária, água, luz e telefone. Antigamente, também a prefeitura nos dava o local, que era a sala no Edifício Março, nos dava o condomínio e a casa, o local. E quando é um congresso, aí a gente vai e pede, por exemplo, a Rede Gazeta, que dessa vez nos deu bloco, nos deu caneta; a Mitra, o pessoal da Mitra acabou conseguindo o almoço; a Escola Técnica, o local; a Vale do Rio Doce nos cedeu recursos pra comprar camisa do congresso. Então, cada um ajuda um pouquinho. O CPV se mantém com ajuda de custo, a gente está conseguindo chegar [à auto-sustentabilidade] agora nessa próxima gestão, se Deus quiser. (DSC: entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2009).

14.5 – Considerações Finais

Pelo que foi pesquisado e apresentado até o momento, percebemos que os principais temas aos quais o CPV busca dar publicidade e legitimidade no âmbito da esfera pública capixaba dizem respeito às reivindicações vindas das comunidades de Vitória. Desse modo, o CPV se constitui, de fato, como representante das associações de moradores nos novos espaços de representação política de atores societários, especialmente nos Conselhos Gestores Municipais e no Orçamento Participativo.

Além desses instrumentos institucionais, o CPV busca atingir seus objetivos através de articulações com outras organizações da sociedade civil, sobretudo aquelas com as quais se identifica de alguma maneira, a exemplo da OAB, ES em Ação, Transparência Capixaba, FAMOPES e CONIC. Ao menos em princípio, notamos haver certo distanciamento, em termos de parceria e cooperação, com relação a entidades da sociedade política (partidos e sindicatos).

O Conselho Popular de Vitória procura estimular as pessoas a participarem do movimento, além de mobilizar e fortalecer as lideranças comunitárias. Esses fatores são necessários para o fortalecimento e continuidade do mesmo.

Pudemos, ainda, observar que, ao menos em nível formal (estatuto) e discursivo, as práticas internas do CPV e sua relação com as comunidades que representa possuem características compatíveis com valores democráticos e orientam-se no sentido de contribuir para o desenvolvimento da democracia participativa.⁸ Acreditamos, porém, que afirmações mais conclusivas nesse sentido dependerão de entrevistas com outras lideranças, que não fazem parte da diretoria ou de conselhos da entidade, bem como do aprofundamento geral dos primeiros resultados que ora apresentamos.

Em suma, estamos conscientes da existência de lacunas que foram preenchidas com nosso trabalho e outras que permaneceram em aberto, mas esperamos que as questões aqui levantadas possam suscitar outros questionamentos e abordagens, inspirando mais estudos sobre os movimentos sociais e a democracia participativa no Espírito Santo.

Referências

BOAVENTURA, Santos; AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”, in: SANTOS, Boaventura de Souza (org): **Democratizar a democracia participativa**. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2002, p.39-82.

CARLOS PINTO, Roselaine. **Conselho Popular de Vitória** - formação e trajetória de um movimento - 1986-2004. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

CARLOS, Euzineia. **Controle Social e Justiça Redistributiva no Orçamento Participativo**. Vitória: EDUFES, 2007.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CONSELHO POPULAR DE VITÓRIA. **Estatuto Social**. Vitória, dezembro de 2007.

COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília. Esfera Pública, Democracia, Configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

COUTINHO C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. (org). **A disputa Democrática na América Latina**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2006.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Rio de Janeiro: vozes, 1984.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

⁸ Por democracia participativa estamos entendendo “[...] a ampliação do conceito de política mediante a participação cidadã e a deliberação nos espaços públicos, do que deriva uma noção de democracia como um sistema articulado de instâncias de intervenção dos cidadãos nas decisões que lhes concernem e na vigilância do exercício do governo” (DAGNINO et. al, 2006, p.15).

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Revista saúde e sociedade, São Paulo, v.13 nº 2, 2004, p. 20-31.

GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela; Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.67, 2006 a, p. 49-103.

_____. Representações políticas e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, nº 60, 2006 b, p. 43 – 66.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v.21, nº 1, 2006, p.109-130.

VELLOZO, Luis Filipe. Corrupção em quatro tempos. In: SIMÕES, Rafael Cláudio (Org.). **Transparência Refletida**. Vitória: GSA, 2004.